



30 de junho de 2009

## Resultados 1º Trimestre de 2009

**São Paulo** - A Porto Forte (PFOR3; PFOR4, Custódia Banco Itaú), maior holding S/A de capital fechado do país em número de acionistas, divulga os resultados do 1º Trimestre de 2009. O prejuízo líquido, totalizando R\$ -533 mil, foi negativamente afetado por um conjunto de fatores, dentre os quais 1) alteração no critério de contabilização da receita, como adequação às novas regras em vigência dada a transição das operações para o FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios); 2) despesas de constituição do FIDC, em processo de rating (classificação de risco por agência independente); 3) baixa de títulos considerados irre recuperáveis no montante de 1,71% do total de ativos da empresa. Sem os fatores extraordinários, o EBITDA Recorrente, mantidos os mesmos critérios contábeis anteriores, seria de R\$ 268 mil.

### Receita

A receita foi negativamente afetada pela mudança do critério de contabilização da Porto Forte para o FIDC em R\$ 379 mil. Até a passagem das operações para o FIDC, a receita das operações era reconhecida pelo critério de competência: todo o diferencial entre o valor de face e o valor pago ao cliente era imediatamente considerado. A partir do momento que o FIDC tornou-se o instrumento para as nossas operações (sujeito ao novo critério de contabilização do Banco Central), a receita passou a ser reconhecida diariamente.

Exemplificando, para um recebível de 31 dias com valor de face de R\$ 100,00 e fator de aquisição de 4%, a receita da Porto Forte seria reconhecida imediatamente em R\$ 4,00, integralmente no mês onde ocorre a operação. No novo critério, deve ser reconhecido R\$ 0,13 por dia. Se o mês se encerra, consideramos como receita apenas os dias pertencentes ao mês atual, e aqueles que estiverem fora do trimestre até o vencimento do título compõem a receita apenas no período seguinte.

Em termos práticos, todo um período de 42 dias, que foi o prazo médio com o qual a carteira da Porto Forte encerrou o primeiro trimestre, deixou de ser contabilizado e foi "transferido" para o trimestre seguinte.

Importante notar que este efeito da contabilização não se refere a uma diferença entre regime de competência e regime de caixa, pelo contrário, o regime de caixa não foi afetado. É uma alteração de competência imediata por competência apropriada diariamente.

Isolando-se este efeito, no primeiro trimestre de 2009 tivemos um aumento expressivo do número de operações, com crescimento contínuo da quantidade de clientes. O headcount da área comercial cresceu em 4 integrantes, que esperamos ser capazes de proporcionar um aumento de carteira em cerca de 10 milhões nos próximos meses.

### GRUPO PORTO FORTE

Rua Pedroso Alvarenga, 1284 cj 62  
04531-000 São Paulo - SP

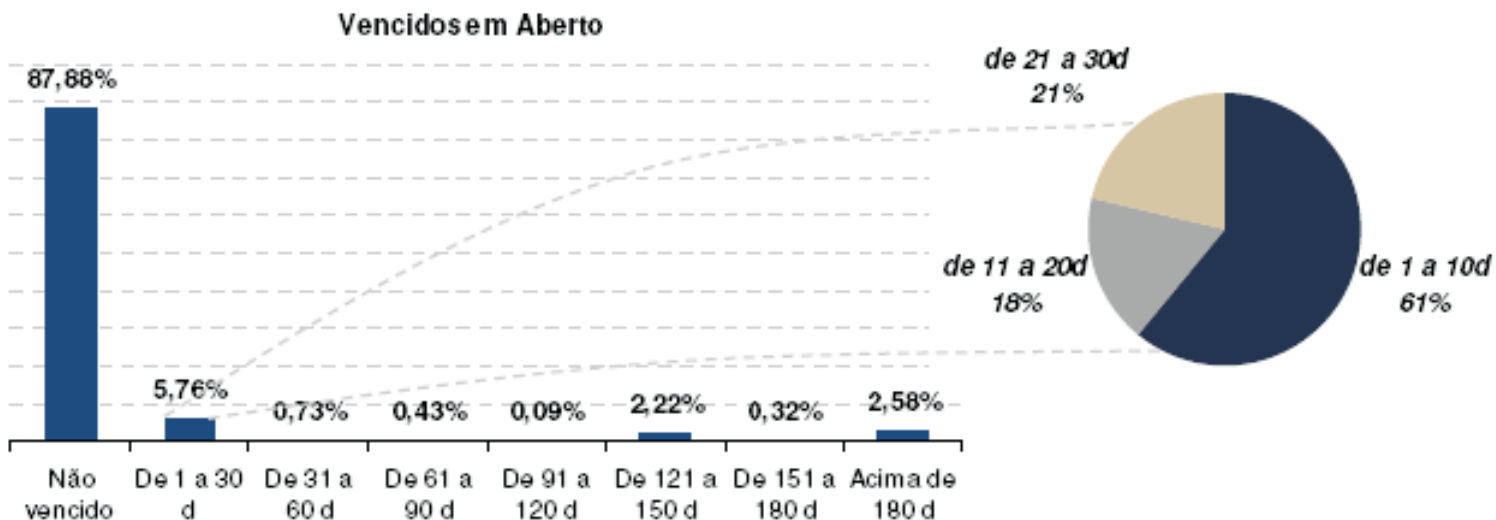
**Telefax:** 11 3168 1208  
**Internet:** [www.portoforte.com](http://www.portoforte.com)  
**E-mail:** [ri@portoforte.com](mailto:ri@portoforte.com)

Porto Forte Participações, Assessoria Financeira e Fomento Mercantil S/A CNPJ 05.247.379/0001-52  
Porto Invest CE Agente Autônomo de Investimentos CNPJ 09.480.835/0001-60  
Porto Forte Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CNPJ 09.584.892/0001-90  
Porto Forte Investimentos FIA - CNPJ 10.608.762/0001-29  
Porto Forte Investimentos Fundo De Investimento Em Cotas De Fi Referenciado Di Crédito Privado - CNPJ 10.291.525/0001-87

**Custos e PDD**

Os custos fixos totais (Administrativos, Operacionais, Comerciais, Depreciações e Marketing) caíram R\$ 25,6 mil versus o mesmo período de 2008, de R\$ 547,5 mil para R\$ 521,8 mil, sendo a grande contribuição nos custos administrativos, devido à venda das operações de contabilidade da Pegassus

As instabilidades do final do ano passado parecem ter se amenizado, em todos os setores – esta é a nossa percepção. Um indicador que nos leva a esta conclusão é o comportamento dos atrasos na carteira da Porto Forte. Medindo pelo FIDC, que é agora o instrumento de operações, podemos observar o seguinte comportamento de atrasos em 30/06/2009:



Podemos ver pelo gráfico que o final de 2008 afetou fortemente os setores de Construção Civil e Automobilístico, os maiores responsáveis pela inadimplência gerada em nossa carteira. Este cálculo que apresentaremos de agora em diante já é realizado pelo administrador do FIDC (a Socopa Corretora) com base nos critérios Bacen (ranking de A a H dos títulos).

Nos intervalos de 121-150 dias e acima de 180 dias, a inadimplência somava 4,8%, parte do qual em processo de renegociação e com breve redução após encerrados os acordos. Por esta razão, suspendemos limites dos clientes do setor automobilístico até julho. Já nos outros intervalos, o comportamento da inadimplência mantém-se dentro do histórico da Porto Forte. Importante destacar, nos atrasos de 1 a 30 dias, encontra-se a chamada “inadimplência operacional”, que contém diversos casos de não pagamento de boleto por problemas internos dos sacados ou falha no recebimento pontual, e são rapidamente e constantemente resolvidos no nosso dia a dia. Fato comprovado pelo dado de que 61% do atraso está concentrado nos primeiros 10 dias.

## **Governança Corporativa**

### Transição Contábil

Uma das razões pelas quais incluímos aberturas de contas detalhadamente no balanço, e construímos o EBITDA Recorrente de forma especial algumas vezes é para demonstrar que em determinados momentos incorremos em custos vindos de decisões que acreditamos fundamentais para o melhor resultado no futuro, ou seja, investimentos para crescer nosso retorno esperado. Este é também o caso deste primeiro trimestre/2009. São duas as principais causas do aumento de gastos neste período: as despesas com as baixas contábeis de títulos irrecuperáveis (-R\$ 274 mil) e despesas com a estruturação final do FIDC (atingindo cerca de R\$ 300 mil desde sua criação), que inclui honorários de agência de rating (classificação de risco) e consultoria jurídica. Escolhemos trabalhar com a Fitch Ratings, internacionalmente conhecida e com o Machado Meyer, tradicional escritório de São Paulo. Estes parceiros possuem um sólido histórico no mercado e excelente reputação, de modo que nos sentimos seguros com os resultados obtidos.

Neste momento de transição contábil de um regime de competência imediata para as regras de contabilização do Banco Central no FIDC, fizemos uma análise de nossa carteira de recebíveis e iniciamos um trabalho interno de melhorias dos dados, que incluíram: 1) desenvolvimento interno de um sistema para classificar os cedentes e sacados com base no código CNAE da Receita Federal: agora, pelo CNPJ, nosso sistema classifica automaticamente qual o setor de atuação, sem necessitar arbitrariedades dos operadores, gerando maior confiança nos dados de “carteira por setor” apresentados; 2) re-checagem de todos os nossos cerca de 250 cedentes para avaliar potenciais perdas na carteira, desta forma baixando os considerados irrecuperáveis diretamente contra resultado.

### Emissão cotas sênior

A partir de 2009, iniciamos a emissão de quotas sênior no valor de R\$ 10 milhões, para atender a demanda esperada até final de 2009 – o crescimento da carteira exige a captação respectiva para que consigamos entregar o retorno esperado a nossos acionistas. Uma vez concluído o processo de abertura do FIDC, que se encontrava até agora em regime fechado, esperamos atingir nossos objetivos de captação.

---

As previsões contidas neste relatório que não são dados históricos aqui apresentados são estimativas que podem diferir materialmente dos dados reais antecipados no transcurso do ano. A habilidade para atingi-los irá depender do sucesso em implementar os planos de negócios, da estabilidade esperada do ambiente macroeconômico nacional e internacional, bem como inexistência de fatores não previstos pela modelagem de resultados pela diretoria da Porto Forte S/A.

**GRUPO PORTO FORTE**  
**Balço Patrimonial Consolidado**  
*(Em Reais)*

<b>ATIVO</b>	<b>31/03/2009</b>	<b>31/03/2008</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>13.093.474,99</b>	<b>11.297.754,63</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>352.690,20</b>	<b>93.712,85</b>
Caixa e Bancos	322.340,70	93.172,31
Aplicações Financeiras	30.349,50	540,54
<b>CRÉDITOS</b>	<b>12.728.915,84</b>	<b>11.186.856,93</b>
Duplicatas a receber	13.802.248,84	11.747.206,87
(-) Provisão Devedores Duvidosos	(1.169.602,58)	(594.996,83)
Outros Créditos	96.269,58	34.646,89
<b>IMPOSTOS A RECUPERAR</b>	<b>-</b>	<b>978,44</b>
Impostos a recuperar	-	978,44
<b>ESTOQUES PARA REVENDA</b>	<b>4.471,68</b>	<b>-</b>
Bens recebidos em renegociações	4.471,68	-
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>7.397,27</b>	<b>16.206,41</b>
Depósitos Judiciais a recuperar	596,00	596,00
Créditos Fiscais	2.031,56	6.770,38
Ações Judiciais a receber - Julgado	4.769,71	4.368,35
Renegociações a receber	-	4.471,68
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>494.299,72</b>	<b>505.348,92</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>494.299,72</b>	<b>505.348,92</b>
Créditos de longo recebimento	494.299,72	505.348,92
<b>DIFERIDO</b>	<b>32.668,53</b>	<b>-</b>
Despesas a apropriar	32.668,53	-
<b>PERMANENTE</b>	<b>2.380.442,24</b>	<b>803.682,55</b>
<b>INVESTIMENTO</b>	<b>1.594.936,85</b>	<b>51.136,00</b>
Ações de outras companhias	277.237,24	51.136,00
Resultado de equivalência patrimonial	1.317.699,61	-
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>785.505,39</b>	<b>752.546,55</b>
Veículos	839.260,12	710.611,67
Móveis, Máquinas e Equipamentos	84.691,30	43.902,70
Programas de Computador	48.349,92	26.307,88
Computadores e Periféricos	83.529,11	73.088,96
Marcas e Patentes	45.852,82	32.131,10
Instalações e Telefonia	6.350,00	3.550,00
Depreciação Acumulada	(322.527,88)	(137.045,76)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>16.000.885,48</b>	<b>12.606.786,10</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>31/03/2009</b>	<b>31/03/2008</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.831.660,42</b>	<b>2.127.598,51</b>
<b>DÉBITOS</b>	<b>1.661.654,90</b>	<b>1.924.844,25</b>
Fornecedores	1.515.097,99	1.834.222,73
Dividendos a Pagar	129.816,91	87.983,57
Outras exigências	16.740,00	2.637,95
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>	<b>100.594,97</b>	<b>90.233,71</b>
Salários/Obrigações trabalhistas a pagar	100.594,97	90.233,71
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>24.357,67</b>	<b>31.824,05</b>
Obrigações tributárias a pagar	24.357,67	31.824,05
<b>DEPÓSITOS EM GARANTIA</b>	<b>18.386,34</b>	<b>26.938,25</b>
Depósitos de Clientes	18.386,34	26.938,25
<b>PROVISÕES</b>	<b>26.666,54</b>	<b>53.758,25</b>
Receitas a Apropriar	-	-
Aditivos a Pagar	26.666,54	53.758,25
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>458.387,09</b>	<b>485.803,76</b>
<b>FINANCIAMENTOS</b>	<b>458.387,09</b>	<b>485.803,76</b>
Financiamentos a pagar	458.387,09	485.803,76
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>13.710.837,97</b>	<b>9.993.383,83</b>
Capital Realizado	5.069.968,75	4.071.968,75
Reserva de Capital	10.080.960,45	6.259.417,22
Resultados Acumulados após distribuição de Dividendos	(1.440.091,23)	(338.002,14)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>16.000.885,48</b>	<b>12.606.786,10</b>

**GRUPO PORTO FORTE**  
**Demonstração do Resultado Consolidado**  
*(Em Reais)*

	1º Tri 2009	1º Tri 2008
<b>RECEITA BRUTA OPERACIONAL</b>	<b>414.314,43</b>	<b>778.290,94</b>
Receita de Factoring	124.439,23	133.970,17
Receita de Fundos / Juros	274.114,13	439.663,88
Receita de Serviços - Serviços Contábeis	-	147.384,81
Receita de Serviços - Crédito Consignado	-	24.535,48
Receita de Serviços - <i>Trustee</i>	15.761,07	32.736,60
<b>IMPOSTOS INCIDENTES</b>	<b>(222,51)</b>	<b>(28.493,12)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL</b>	<b>414.091,92</b>	<b>749.797,82</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(908.088,37)</b>	<b>(564.162,01)</b>
Despesas Administrativas	(189.562,82)	(213.364,75)
Despesas Operacionais	(147.828,18)	(105.369,56)
Despesas Comerciais	(102.712,90)	(96.550,42)
Depreciação e Amortizações	(55.199,83)	(49.551,35)
Despesas Marketing / Publicações de Demonstrações Financeiras	(26.580,10)	(82.703,45)
Despesas Baixas Títulos Fraudados 2002-2008	(274.114,13)	-
Provisão para Devedores Duvidosos	(112.090,41)	(16.622,48)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(493.996,45)</b>	<b>185.635,81</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>	<b>(31.183,86)</b>	<b>(253.974,58)</b>
CPMF	-	(2.990,01)
Despesas Financeiras	(14.174,27)	(12.989,56)
Despesas Bancárias	(9.364,52)	(23.912,03)
Juros sobre Capital Próprio	-	(211.607,08)
Outras Receitas (Despesas) Financeiras	(7.645,07)	(2.475,90)
<b>RESULTADO BRUTO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(525.180,31)</b>	<b>(68.338,77)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(7.437,91)</b>	<b>(11.142,26)</b>
Provisão para IRPJ	-	(6.410,63)
Provisão para CSSL	-	(3.846,38)
Despesas Não Dedutíveis	(7.437,91)	(885,25)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(532.618,22)</b>	<b>(79.481,03)</b>
<b>DIVIDENDOS E TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>(431.939,60)</b>	<b>(49.199,29)</b>
<b>RESULTADO APÓS DISTR. DIVIDENDOS</b>	<b>(964.557,82)</b>	<b>(128.680,32)</b>
<b>RESULTADO BRUTO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(525.180,31)</b>	<b>(68.338,77)</b>
Depreciações e Amortizações	55.199,83	49.551,35
Juros sobre Capital Próprio e Juros	50.224,41	224.596,64
Despesas Não Dedutíveis	7.437,91	2,00
<b>EBITDA</b>	<b>(412.318,16)</b>	<b>205.811,22</b>
Publicações e Despesas Extraordinárias	26.580,10	113.937,97
Baixas Extraordinárias'	274.114,13	-
<b>EBITDA Recorrente</b>	<b>(111.623,93)</b>	<b>319.749,19</b>
Efeito contabilização das receitas	379.603,70	-
<b>EBITDA Recorrente pelo critério de competência</b>	<b>267.979,77</b>	<b>319.749,19</b>